

CORPOREIDADE, SEXUALIDADES E VULNERABILIDADES: LACUNAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

**Degmar Francisco dos Anjos;
Jessika Karoliny Ostelony da Silva;
José Henrique Monteiro da Fonseca;
Raquel Martins Fernandes Mota**

(Instituto Federal da Paraíba / Universidade de Cuiabá; degmaranjos@gmail.com)

Resumo: Este artigo versa acerca da corporalidade e das vivências das sexualidades em contexto escolar, contemplando aspectos relativos às vulnerabilidades juvenis, como as IST's, HIV/Aids e gravidez na adolescência. Considerando que os temas transversais ainda se constituem em um grande desafio à prática cotidiana dos professores, a vivência das sexualidades, em suas variadas formas e contextos, bem com questões relacionadas à percepção do corpo, vulnerabilidades e saúde ainda têm dificuldades para romper os muros escolares, devido ao grande tabu que envolve a questão. Diante desse fenômeno, esta comunicação apresenta resultados parciais de estudo realizado com 10 docentes de Ensino Médio de Escolas localizadas no município de Cuiabá - MT. A pesquisa teve como objetivo geral analisar quais as percepções e os sentidos produzidos dos docentes entrevistados acerca da orientação educacional realizada no contexto escolar sobre corporalidade, vulnerabilidades e vivência das sexualidades por parte de alunos adolescentes e jovens. Para tal, trabalhou-se a partir de um olhar teórico-metodológico Construcionista social por meio da análise de repertórios linguísticos (SPINK, 2010), sendo investigadas as práticas discursivas e a produção de sentidos emergentes nas entrevistas realizadas. Os resultados parciais já apresentam dados que possibilitam uma análise da questão objetivada. Ao dialogar com os docentes, observamos que predomina o desconhecimento total de informações referentes à abordagens sobre corporeidade e sexualidades, bem como sobre prevenção ao HIV/Aids ou às ISTs e de temas relacionados a como orientar os alunos a buscar informações ou atendimento especializado junto às unidades de saúde. Todos os docentes entrevistados afirmaram, ainda, nunca terem participado de uma formação que os capacitasse a compreender melhor o fenômeno estudado, estando eles despreparados para dialogarem sobre o tema. Esse cenário de ineficiência escolar torna imprescindível a adoção de políticas de capacitação docente, bem como de outras formas de abordagens no contexto educativo, sendo de extrema importância um processo pedagógico que fomente o empoderamento e a autonomia dos jovens por meio de ações dialógicas. Acreditamos que por meio de políticas claras, interdisciplinares e voltadas a buscar agir efetivamente na questão, seja possível a estruturação de situações pedagógicas em que ocorra uma problematização de forma dialógica das vivências relacionadas às sexualidades e da compreensão das necessidades de prevenção, possibilitando, assim, a diminuição da vulnerabilidade juvenil e fazendo do ambiente escolar um espaço que consiga, de forma clara e eficiente, humanizar-se perante as subjetividades das vivências dos estudantes.

Palavras-chave: Adolescência e Juventude, Corporalidades, Sexualidades, Vulnerabilidades, Escola.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação das diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pelo Governo Federal em 1997, dá-se uma influência direta aos currículos escolares, ainda mais ao se colocar em pauta, temáticas que outrora não adentravam aos muros escolares, e que agora ressurgem na categoria de Temas Transversais. Sob o compromisso de promover uma educação de maior qualidade, cidadania, e o direcionamento a uma educação comprometida com o indivíduo em

sua totalidade, temas de interesses comuns como Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual, são evidenciados como essenciais a formação integral do ser.

Não houve a pretensão através do PCN em se criar novas áreas ou disciplinas a serem incorporadas ao currículo já existente, mas para além deste, promover nas distintas matérias e discussões escolares uma abordagem contemplativa a esses referenciais do social. Tal proposta trouxe a luz uma questão importante para a escola, fornecer aos seus alunos não somente conhecimentos acerca de métodos e teorias. Subjaz aqui, nestas diretrizes o desafio em lidar com questões que tanto diretores, professores, e alunos compartilham cada um a seu modo singular, afetando e sendo afetados por elas a todo o momento. A questão que aqui se faz passível de reflexão é: a escola está preparada para incorporar em seu currículo a transversalidade proposta nos PCNs? E os docentes sentem em sua formação uma base sólida que os respaldem para percorrer caminhos ainda tão pouco explorados?

Compreende-se que quaisquer temáticas transversais se constituem em um desafio lançado as práticas escolares, mas de modo específico, as questões relativas à orientação sexual é que aqui serão mais amplamente observadas. O campo da sexualidade é ainda grandemente influenciado por tabus, preconceitos, mitos e inverdades construídas cotidianamente no e pelo social. Diante deste panorama destaca-se então a relevância de que em vias escolares sejam desbravadas tais questões, adentrando por meio das diversas disciplinas neste campo de incertezas, curiosidades, e inseguranças dos educandos.

Conforme apresentado e discutido no documento que versa sobre a importância de tal contemplação e abordagem em contexto escolar ressalta-se, “[...] a Saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas — e não pacientes — capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva” (BRASIL, 1997, p. 24). Diante de um quadro ainda claramente influenciado por visões equívocas e preconceituosas a respeito da sexualidade é que se forma a relevância de tal trabalho, que ainda que de forma breve se constitui em um material para reflexão e maior atenção a temas que são inerentemente humanos e fundamentais a constituição do ser-do-aluno. Deste modo, a partir de um levantamento bibliográfico este trabalho se propõe a contemplar o fenômeno do abarcar a sexualidade, em ambiente escolar.

LACUNAS NO TRABALHO ESCOLAR

No processo de instituição da cultura escolar autores como Paulo Freire já anunciavam a doutrina do silenciamento dos corpos como precursor da passividade e obediência servil na relação professor-aluno. Calam-se os movimentos, os desejos, as ideias, dúvidas, autonomia e por consequência as angústias docentes que pouco conseguem lidar com questões profundas e polemizadas como se mostra o campo da sexualidade. O que ecoa de tal silenciamento são tabus, mitos, preconceitos passados e repassados de geração a geração pela ignorância do não conhecimento acerca de aspectos do próprio corpo e constituição do ser. Aquilo que é da ordem do subjetivo, do individual e ao mesmo tempo comum a todos, a sexualidade, é em grande parte banida dos muros escolares, ou mesmo “biologizada” em um discurso unilateral, omissivo e previamente elaborado.

A escola bem como, os conhecimentos através dela propagados ainda são amplamente influenciados pelo modelo cartesiano, transformando os conhecimentos em diversas disciplinas que não dialogam entre si, fragmentando conhecimentos, assim como a constituição/formação dos próprios alunos. Neste sentido o aluno receptor de informações, precisa abdicar de seu corpo e impulsos inerentemente humanos, em favor de uma educação eficiente e preparatória ao mercado de trabalho. A omissão é tamanha que não é comum que os alunos busquem informações, e suporte as suas angústias em pares da mesma idade e em mídias sociais, que não raramente são propagadores de informações deturpadas, tendo em contraposição que em sala de aula o assunto é reprimido e banido. Ressalta-se aqui que ao ignorar ou mesmo pouco abarcar questões relativas à sexualidade e seus desmembramentos em temas como gênero, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), HIV/Aids, gravidez na adolescência, educação sexual e demais correlatos, contribui-se para a exposição ainda mais acentuada destes jovens alunos às vulnerabilidades que permeiam o social.

Vulnerabilidades estas que se expressam em grande medida em dados epidemiológicos de doenças sexualmente transmissíveis, também a expressividade dos números de HIV/Aids que ainda demonstram a alta e recorrente incidência na população juvenil (15 aos 24 anos). Também se contempla as elevadas taxas no que diz respeito à gravidez indesejada, aliada a o fenômeno da evasão escolar dado seus impactos na vida adolescente. Diante de tais questões urge a necessidade de fazer da escola palco de ações que contemplem tais fenômenos. Ao analisar o processo de inclusão do tema transversal nas escolas de ensino regular a partir da construção dos PCNs, Anjos (2015) discorre a respeito da temática da sexualidade afirmando que foi passível de se observar que,

“[...] houve a intencionalidade de se institucionalizar a prática da educação sexual no país, mas não ocorreram as devidas compreensões de como operacionalizar ou realizar tal processo educativo. Ao inserir-se a sexualidade como tema transversal nos PCNs, coube às instituições escolares discutí-la de uma forma mais ampla, em todas as disciplinas, algo que, aparentemente, não vem ocorrendo. O esforço em desenvolver a educação sexual exige uma formação continuada de todo o corpo docente e um desconforto em decidir a quem cabe arbitrar sobre esse assunto” (p. 03).

Para além do proposto documentalmente, Anjos (2015) evidencia então que os entraves vão muito além do que o abarque ou não de tais questões. Neste sentido, além da grande importância em se abordar a sexualidade em contexto escolar, há de se considerar a formação docente, bem como suas possibilidades em elaborar tais questões em suas respectivas disciplinas. Como já afirmado anteriormente ao se atentar ao fenômeno da sexualidade evidencia-se a amplitude de contornos possíveis a este tema, assim como também nos tange as questões de gênero, que apesar de se mostrarem como fenômenos distintos são evidentemente interligados. César (2009) afirma que pesquisas que vem sendo desenvolvidas com professores e alunos são denunciadoras de uma necessidade de formação mais contemplativa a tais questões, para que então haja transformações na *práxis* docentes, tendo em vista a amplitude e diversidade sexual existente em contexto escolar.

“Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. Assim, um trabalho que assuma como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um “campo epistemológico” desconhecido, na medida em que a “epistemologia” reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero” (CÉSAR, 2009, p. 48).

Partimos então da constatação de que na formação de professores é imprescindível que se ressalte a importância de adentrar tal “campo epistemológico desconhecido”, para que se possa então desvelar questões que tal obscurecimento e omissões potencializam. Sampaio apud Pontes (2011) ressalta a importância em se propiciar ainda em ambiente escolar, debates, conversas e reflexões a respeito da sexualidade, de modo a oportunizar “identificar o que é conhecido, corrigir o que foi incorretamente compreendido e acrescentar os conteúdos em falta” (p. 39).



A relevância em se buscar insistentemente uma pedagogia como dita por Paulo Freire, libertadora e potencializadora do aluno enquanto sujeito ainda que difícil de ser alcançada, já é retratada e comprovada por diversas pesquisas realizadas. Dentre estas destaca-se Dimenstein (apud Altmann) que já anunciava em 1999 com seu estudo de que relacionava a falta de escolaridade com o fenômeno da gravidez precoce que,

O melhor método anticoncepcional para as adolescentes é a escola: quanto maior a escolaridade, menor a fecundidade e maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis (p. 575).

Diante de tal alegação, temos a escola como ferramenta preventiva de doenças e agravos sexualmente transmissíveis, assim como propagadora de informações que possam evitar a gravidez indesejada, função esta que vai muito além da prática preventiva propriamente dita. Atuando assim, na interdisciplinaridade com o campo da saúde, provendo conhecimentos que sirvam de base a um amadurecimento psíquico, comportamental, social e integral do ser.

A educação no Brasil tem caminhado para práticas inclusivas, tendo em vista a necessidade e direito de todos à educação, porém, a formação docente ainda não consegue acompanhar tais avanços. Propõem-se uma pedagogia centrada no aluno de modo que seja missão do docente educar a todos sem exceções, sem prover as mesmas condições de reeducar-se sexualmente para então propiciar o mesmo em sala com seus alunos. Figueiró (2009) é bastante oportuna ao afirmar que “falar de sexualidade é trabalhar o relacionamento humano e, por conseguinte, aprimorar as relações interpessoais” (p. 155), a autora ainda completa relatando que o

[...] ensino da sexualidade deve sempre abranger o respeito à diversidade, isto é, o respeito às pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), às prostitutas e às pessoas portadoras do vírus da AIDS. Assim, o trabalho em Educação Sexual abre-nos para repensar nossas atitudes em relação às pessoas que fazem parte das minorias, entre elas, a composta também por portadores de necessidades especiais” (p. 156).

Compreende-se então não se tratar de uma tarefa fácil à escola, porém deveras necessária para uma educação que se objetive a construção e formação de sujeitos atores de si mesmos, conscientes de suas escolhas e projetos de vida. Tão logo, a *práxis* docente não pode se apresentar neutra e cúmplice dos silenciamentos, censuras e omissões historicamente realizadas em sala. Falar do abarque a sexualidade é falar de corporeidade, é tomar consciência de que o corpo se constitui

como via intermediária que liga o Eu ao Outro, tornando-se então via de intervenção e ação no mundo.

O homem não está sob influência passiva daquilo que é externo a ele, de modo que ele constrói a si mesmo em aliança com este externo, misturando-se a ele, construindo e sendo construído a todo o momento (CAMON, 2007, p. 26). Tão logo se evidencia que o encontro de si com o outro na trama da existência se constitui em significativa potência para o existir, acrescentando a esta existência aquilo que juntos possa ser possível de significação, construção e superação de suas vulnerabilidades.

METODOLOGIA

Apresentamos, nesse texto, resultados parciais de um estudo realizado com 10 docentes do Ensino Médio de uma Escola Pública no município de Cuiabá - MT. A pesquisa teve como objetivo geral analisar quais as percepções e os sentidos produzidos dos docentes acerca da orientação educacional realizada no contexto escolar corporalidade, vulnerabilidades e vivência das sexualidades por parte de alunos adolescentes e jovens. Portanto para este estudo foi utilizado à técnica de entrevistas que, conforme salienta Marconi & Lakatos (2003), se trata de um instrumento utilizado em pesquisa social para coleta de dados a cerca da problemática em questão. As entrevistas tiveram um perfil semi-estruturado de modo a permitir que os entrevistados falassem mais abertamente sobre o assunto em questão. Trabalhamos então a partir de um olhar teórico-metodológico Construcionista Social por meio da análise de repertórios linguísticos (SPINK, 2010), sendo investigadas as práticas discursivas e a produção de sentidos emergentes nas entrevistas realizadas.

VOZES DOCENTES

Ao longo do contexto dos diálogos com os docentes, tornou-se evidente a importância do abarque à sexualidade, e à concepção de que a escola pode ser de fato um local para se falar abertamente sobre o fenômeno. Expressões como “claro”, “com certeza”, “deve”, ratificam tal proposição. Porém, a forma como poder-se-á realizar tal tarefa é muitas vezes transferido para outros profissionais de fora da instituição, como profissionais da saúde, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, etc. É creditado a esses profissionais o maior domínio, e segurança para lidar com tal tema, o que é demonstrativo de inseguranças e receios dos docentes para lidar com tal assunto.

Ao dialogar com os docentes, observou-se que predominam as vozes relacionadas ao desconhecimento total de informações referentes à prevenção e/ou a estigmas em relação ao HIV/Aids. Percebemos, também, a recorrência de relatos sobre o desconhecimento de questões relacionadas à prevenção às ISTs e de temas relacionados à como orientar os alunos a buscar informações ou atendimento especializado junto às unidades de saúde. Neste sentido, muitas vozes contemplam a ausência de informações suficientes para fazer o debate, em contexto de sala de aula, em relação a questões da sexualidade como as ISTs. É o que podemos evidenciar na fala seguinte, cuja resposta é de uma professora, que ao ser questionada sobre sua segurança para abordar em sala temas como as ISTs, afirmou:

Hoje não! Teria que assim, ler mais, até pra poder assim estruturar melhor essas informações que eu possa dar. Mas, se fosse entrar em sala amanhã, não estaria preparada (R. 42 anos, professora de Letras do ensino médio).

Já em relação ao fenômeno do HIV/Aids os docentes também passam insegurança e carência de informações para a abordagem do tema em sala como podemos evidenciar na fala abaixo:

Pra mim discutir um tema como esse, a gente precisava pelo menos estar bem informado em relação a novas pesquisas, aqui dentro de Cuiabá como é que anda o numero de infectados né...dados (E. 48 anos, professor de Matemática do ensino médio).

Apesar de previsto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, como tema transversal a ser abordado em todas e quaisquer disciplinas, nota-se ainda o predomínio de uma concepção 'biologizada' a respeito da temática da sexualidade em contexto escolar. Tal concepção equivocada denota a responsabilidade de versar sobre o tema da sexualidade somente aos professores de biologia. E os professores de tal disciplina por sua vez também se sentem os principais responsáveis pelo ato de abordar a sexualidade em sala conforme podemos perceber no relato a baixo. O professor de biologia quando questionado quanto ao olhar da escola para o fenômeno das ISTs é enfático ao dizer que:

Acho que você está falando com o professor que tem acho que a maior responsabilidade de! (J. 37 anos, professor de Biologia do ensino médio).

Ao serem questionados sobre temas relacionados a conhecimentos sobre prevenção e vivências das sexualidades na população de adolescentes e jovens, apenas dois dos docentes tinham efetivamente lido algo a respeito, ainda assim em matérias da internet. No geral, havia noções pautadas no senso comum, sendo encontradas falas relacionados a "achavam que a sexualidade vem se desenvolvendo muito precocemente", "o governo precisa fazer mais campanhas", "reconhece que

a escola deveria ter mais informações", "não sabe onde buscar informações", "é importante discutir, mas não é o foco principal da escola" e "não recebem informações sobre pesquisas relacionadas ao tema".

A sexualidade é algo assim que já está aflorada com 10, 11, 12 anos, hoje passam programas que incitam essa vontade que em nós pelo menos, na nossa idade aparecia com 15, 16 anos, hoje com 10, 12. Uai na minha época as meninas apontavam seios com 15 anos, dezesseis, hoje tem menina apontando seio com 11, 12 anos. Qual guri que não fica doido, né? Então sem contar das roupas. Hoje entrar aqui ó (pega celular), na internet você faz pesquisa, 'menina rebolando', ave Maria! Se você quiser você tem programa pro dia todo e não consegue assistir tudo. Então a gente é... coloca muito isso em discussão, as vezes uma reflexão (E. 48 anos, professor de Matemática do ensino médio).

Ao adentrarmos em questões relativas à homossexualidade, emergem sentidos, e falas que transitam pelo preconceito, desinformações e estereótipos. Há ainda aqueles que se encontram impregnados por suas crenças religiosas, de modo a relacionar ao "pecado", desviante, caracterizando tal orientação como doença, conforme nos leva a ver pelo emprego do termo "hossexualismo" que é uma caracterização retrograda, hoje não mais em uso,

Eu procuro não ser moralista né, não imprimir meus valores, até porque pelos meus valores o homossexualismo não é uma coisa normal né. Normal (hesita)... não que não seja comum mas, não é o que na visão religiosa, da minha crença não é uma coisa... é uma prática né? (M. 35 anos, professora de Química do ensino médio).

Eu sou ainda fruto de uma educação conservadora né, aonde existe o papel do homem e da mulher e a gente não pode inverter isso, não é que a gente não pode, a gente não enxerga isso invertido (E. 48 anos, professor de Matemática do ensino médio).

Ainda nesse sentido, muitos docentes demonstram em suas falas concepções de que a sexualidade é "uma opção", ou mesmo uma escolha equivocada, dada ao "modismo" atual conforme podemos observar nas falas a baixo:

Se a pessoa fez a opção tudo bem, se não fez não tem problema, se quiser mudar não tem problema também (C. 48 anos, professor de História do ensino médio).

Eu acho... hoje falar bem friamente assim, acho que é moda. As vezes o aluno, o adolescente ele não tem identidade, ele tá numa fase muito de formação da identidade dele e pra ele é uma forma de ter identidade. Então virou moda, é como se fosse vestir uma roupa de emo e sair na rua "hoje eu sou emo!" (M. 35 anos, professora de Química do ensino médio).

Na esfera dos desafios, entraves e evidencias de comportamentos sexuais em sala, os professores são unânimes em creditar a esta fase do desenvolvimento o maior número de expressões, comportamentos, e indisciplinas em sala. A grande maioria se mostra afetado pelos gestos, linguagens e expressões utilizadas, relatando sensações como o incomodo e o

constrangimento frente a tais comportamentos. Interessante observar que o *funk* se apresenta em muitos relatos como um dos grandes embaraços vivenciados em sala pelos professores. A linguagem de tal gênero musical se mostra para os professores como “ofensiva”, “vulgar”, e “pejorativa”.

É... o aluno fica cantando funk é... de baixo calão, incomoda. Então assim, é uma ambiente constrangedor até pro professor, às vezes você tem que fazer de conta que você não escutou algumas coisas que o aluno fala, mas é incomodo, constrangedor. Você... não sei se você tem acompanhado as letras de funk elas são extremamente vulgares então o aluno fica ali cantando aquilo e eles falam muito sobre sexo na sala, não no sentido de aprendizado mas, de vulgar. De ser vulgar, de “fulana deu pra fulano”, “hoje eu vou dar pra todo mundo”, são coisas desse nível assim, então é incomodo sim ((M. 35 anos, professora de Química do ensino médio).

O que a gente tem na escola não é muito o poder de mudar, a gente pode até oferecer outras ideias mas assim a gente vê que vem arraigado no funk alguns conceitos, algumas praticas que até incentivam algumas situações, a precocidade né (J. 37 anos, professor de Biologia do ensino médio).

Em relação a políticas de capacitação voltadas ao trabalho com questões relacionadas à sexualidade e prevenção às ISTs e HIV/Aids, todos foram unânimes em responder que nunca receberam uma formação específica sobre a temática. Tal fato estende-se para uma compreensão de que a formação docente não os respaldou para lidar com questões como estas relativas às vulnerabilidades sexuais, bem como a concepção de que a carga horária de trabalho torna-se exacerbada para estudos que os capacitem a lidar com tais questões. Outro problema evidenciado na fala dos docentes é o compromisso com a execução dos conteúdos, de tal modo que atentar-se para questões como estas poderia inviabilizar o cumprimento do mesmo, sendo o tempo um dos maiores entraves à abordagem da sexualidade. Ainda fazem parte desses entraves, a falta de limites dos alunos, o preconceito de pais à prática, bem como o medo de ser mal interpretado ao desempenhar a tarefa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das falas docentes aqui apresentadas, evidenciou-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais ao realizar a proposição de incorporação de temas ditos transversais no currículo escolar, propiciou um novo desafio a educação. Até o presente momento muito já se discutiu a respeito de tais mudanças, e muito se avançou, porém, ainda são evidentes entraves e dificuldades a execução da proposta. Em grande parte ocasionados pelos tabus, e preconceitos relativos a temática da sexualidade, bem como em parte pela carência na formação docente que capacite de forma continuada os professores para lidar com tais questionamentos.



Por outro lado temos a escola, repleta de sexualidade, seja por parte de seus alunos, seja por parte dos educadores e demais colaboradores. Sendo a escola instituição intrinsecamente social, e possuidora de um amplo repertório de representantes de tais contextos, não pode se ver alheia a assuntos imbricados no cotidiano de tais atores. Logo, mudanças devem ser efetuadas no contexto escolar para que tal objetivo seja alcançado como um dialogo mais efetivo entre professores, equipe gestora e demais atores educacionais com os alunos de modo a buscar alternativas ao silenciamento vigente.

O que se propõe a pensar é um trajeto de alfabetização sexual constante de professores e demais integrantes institucionais, para então promover com qualidade a alfabetização dos alunos. Do professor aqui se requer, despir-se de sua postura de suposto-saber, para como mediador enveredar com seus alunos em tais caminhos, contando para isso com uma formação que o capacite a lidar com o que deste encontro possa resultar. Deste modo a diversidade humana contemplada em contexto escolar pode contribuir para um avanço na qualidade e consequente melhoria da educação, evidenciando que tal abarque enriquece significativamente não só o processo de aprendizagem, mas, de interação e convivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. **A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social.** Educ. em Rev. Belo Horizonte: 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 22 de junho de 2017.

ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, n.2, 09v. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06X2001000200014&script=sci_arttext&tlng=ptpt> Acesso em 17 de julho de 17.

ANJOS, D. F. **Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMON, Valdemar A. Angerami. **Psicoterapia Existencial**. 4. Ed. São Paulo: Thomson Learning Brasil, 2007.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma epistemologia**. Curitiba: UFPR, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

PONTES, Ângela Felgueiras. **Sexualidade: vamos conversar sobre isso? Promoção do desenvolvimento psicosssexual na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção em meio escolar**. ICBAS: 2011. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/24432>>. Acesso em 17 de julho de 2017.